

Uma introdução à recuperação de ecossistemas degradados no Brasil

por A. Carpanezzi A. *

A expressão “áreas degradadas” é muito empregada no Brasil mas tem várias interpretações. Para uns, a expressão está mentalmente associada ao componente solo do ecossistema, para outros unicamente à capacidade de produção agropecuária e, para muito poucos, ao sentido de ecossistema degradado. Uma compreensão comum é necessária, para evitar confusões. Por exemplo, em uma região, a resiliência do ecossistema natural pode ser degradada muito mais rapidamente que sua capacidade produtiva para fins agropecuários.

Os grandes ecossistemas naturais brasileiros encontram-se em níveis distintos de perturbação, diretamente associados à história da colonização. A modalidade de distúrbio também varia entre eles. Em frentes de colonização como nos cerrados e nas bordas da Amazônia, a perturbação principal consiste na substituição do ecossistema natural pela agricultura e pecuária. Em zonas de colonização antiga, as modalidades de perturbação são diversificadas, indo da “mineração” dos recursos naturais remanescentes em cada propriedade até a monocultura intensiva e muito técnica porém sem planejamento ambiental.

Em qualquer caso, o grau atual de perturbação supera em muito o grau atual de recuperação ou conservação. O melhor balanço parece ocorrer em Estados mais desenvolvidos das regiões Sudeste, por vários motivos confluentes, entre eles a maior possibilidade de fiscalização. A legislação ambiental brasileira é vasta e continua a crescer, embora

corretamente não possa abranger todos os temas. Assim, a decisão sobre a intensidade de uso da terra é, grandemente, uma decisão do proprietário. Como consequência, observam-se em muitos pontos áreas de produção, principalmente pecuária, com produtividade muito baixa ou mesmo abandonadas, por causa do uso abusivo da terra.

No Brasil, as superfícies ocupadas pela agricultura e pela pecuária são muito maiores que a superfície ocupada por reflorestamentos. Entretanto, a pressão da opinião pública por melhorias ambientais na produção primária, nas décadas recentes, foi voltada aos reflorestamentos. Em consequência, é mais fácil localizar, hoje, ações de recuperação de ecossistemas em empresas florestais do que na atividade agropecuária. Um exemplo marcante, embora recente, é o PCNAT - Programa Cooperativo sobre Manejo de Ecossistemas, que engloba hoje sete grandes empresas.

Sistemas agroflorestais (SAF's) constituem uma possibilidade efetiva de melhorar aspectos ambientais de muitas propriedades agrícolas, sem prejuízos (ou com ganhos) econômicos. Entretanto, a adoção dos SAF's requer que várias barreiras sejam vencidas, desde a demonstração didática dos benefícios até aspectos culturais dos produtores.

As organizações não governamentais (ONG's) dedicadas à questão ambiental são muito diversificadas em abrangência geográfica e modo de ação. Entretanto, é importante notar que elas concentram sua atenção na preservação, conservação ou recuperação de ecossistemas naturais, em detrimento dos agroecossistemas. Estes têm sido alvo de órgãos estatais de agricultura (como os programas de microbacias) e de associações de produtores, com pouca atenção aos remanescentes do ambiente original.

* Engenheiro Florestal. EMBRAPA/CNPFFlorestas, Colombo, PR, Brasil.

No Brasil a tecnologia para recuperação de “áreas degradadas”, no sentido restrito de “terrenos degradados” (pela mineração, por exemplo), tem avançado de forma razoável nos últimos anos. Os entraves à recuperação ambiental destes terrenos são, hoje, principalmente, de ordem extra-técnica.

Como conclusão, para os fins deste “taller” enfatiza-se as opiniões de que:

1. No caso do Brasil há muitas tecnologias prontas ou semiprontas, que podem ser adaptadas a uma grande variedade de problemas ambientais no meio rural.
2. Em casos de propriedades agrícolas a unidade de manejo de ecossistemas deve ser bem dimensionada, sob risco de descontrole da gerência.